

MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ
CONTROLADORIA INTERNA

RELATÓRIO DE ATIVIDADE E AUDITORIA INTERNA
2º Semestre de 2025 (Fechamento 31/12/2025)

Relatório de Atividades e Auditoria Interna da Controladoria Interna do Município de Santa Rita do Sapucaí, referente ao 1º e 2º Semestre de 2025, com **fechamento em 31/12/2025**, elaborado por **Rodrigo Braz de Faria**, Controlador Interno do Município de Santa Rita do Sapucaí.

SANTA RITA DO SAPUCAÍ - MG
Janeiro de 2026

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	3
2 DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CONTROLADORIA INTERNA.....	3
3 DAS ATRIBUIÇÕES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	4
4 DA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES	6
4.1 DO ACOMPANHAMENTO OU MONITORAMENTO	7
4.2 DA AUDITORIA INTERNA	24
4.3 DAS ATIVIDADES DE APOIO	28
4.4 DA EMISSÃO DE RELATÓRIOS E ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTOS	29
5 DOS FATOS RELEVANTES QUE IMPACTARAM NAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO.....	30
5.1 FATOS COM IMPACTOS NEGATIVOS	30
5.2. FATOS COM IMPACTOS POSITIVOS	31
6 DA CONCLUSÃO FINAL	31

1 APRESENTAÇÃO

Primeiramente, o **Sistema de Controle Interno do Município de Santa Rita do Sapucaí** foi criado, nos termos do Art. 31 da Constituição Federal da República, **em 27 de maio de 2010**, através da Lei Municipal nº 4.413/2010, de 27 de maio de 2010, que “*Dispõe sobre a criação do Sistema de Controle Interno no Município de Santa Rita do Sapucaí, nos termos do Art. 31 da Constituição Federal da República*”.

Importante ressaltar que, a **Controladoria Interna** do Município de Santa Rita do Sapucaí é órgão responsável pela “*coordenação das atividades do sistema de controle interno*”, conforme art. 4º da Lei Municipal nº 4.413/2010, de 27 de maio de 2010.

Diante dos fatos e com o objetivo de comunicar as atividades desenvolvidas no 1º (primeiro) e 2º (Segundo) Semestres de 2025, a Controladoria Interna do Município de Santa Rita do Sapucaí apresenta o Relatório de Atividades e Auditoria Interna, referente ao ano de 2025.

Ressalta-se que, as atividades desenvolvidas no ano de 2025 foram planejadas no Plano Operativo Anual, exercício de 2025, **Controladoria Interna** do Município de Santa Rita do Sapucaí, publicado no site <<https://pmsrs.mg.gov.br/documento-categoria/plano-operativo-anual/>>.

Finalmente, informa-se que, na execução dos trabalhos, durante o 2º (segundo) Semestre de 2025, não houve limitação de acesso a informações e a dados nem restrições impostas por gestores que pudessem comprometer a independência e a autonomia da equipe de Auditoria.

2 DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CONTROLADORIA INTERNA

O Anexo 3 da Lei Complementar Municipal nº 117, de 08 de janeiro de 2021, que “*institui o Plano de Cargos e Salários dos servidores públicos do Município de Santa Rita do Sapucaí e dá outras providências*.”, traz a Estrutura organizacional da Controladoria Interna do Município de Santa Rita do Sapucaí.

CONTROLADOR INTERNO
Chefe de Controladoria Interna Gestor de Parcerias Auxiliar Administrativo III

Neste ano de 2025, a Controladoria Interna contou com os membros descritos abaixo.

NOME	CARGO
Rodrigo Braz de Faria	Controlador Interno
Paula Eduarda dos Santos Costa	Chefe da Tesouraria
Felipe Pires Cassemiro	Gestor de Parcerias
Fernanda de Lima Fernandes	Estagiária

3 DAS ATRIBUIÇÕES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Conforme art. 2º da Lei Municipal nº 4.413, de 27 de maio de 2010, o Sistema de Controle Interno do Município, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, tem as seguintes atribuições:

I. orientar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional dos órgãos da administração direta e indireta, com vistas à aplicação regular e à utilização racional dos recursos e bens públicos;

II. avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;

III. comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos, fundos e entidades da Administração Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos repassados para entidades de direito privado;

IV. exercer o controle das operações de créditos, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

V. subsidiar os responsáveis pela elaboração de planos, orçamentos e programação financeira, com informações e avaliações relativas à gestão dos órgãos da

Administração Municipal;

VI. verificar e certificar as contas dos responsáveis pela aplicação, utilização ou guarda de bens e valores públicos, e de todo aquele que por ação ou omissão, der causa à perda, subtração ou estrago de valores, bens e materiais de propriedade ou responsabilidade do Município;

VII. tomar as contas dos responsáveis por bens e valores, ao final de sua gestão, quando não prestados voluntariamente;

VIII. emitir relatórios periódicos e por ocasião do encerramento do exercício, sobre as contas e balanço geral do Município, e nos casos de inspeções, verificação e tomadas de contas;

IX. zelar pela organização e manutenção atualizada dos cadastros dos responsáveis por dinheiros, valores e bens públicos, o controle de estoque, almoxarifado, controle de patrimônio, controle de abastecimento, de manutenção de veículos, obras, convênios, controle de atendimento à assistência social, assim como dos órgãos e entidades sujeitos à auditoria pelo Tribunal de Contas do Estado;

X. acompanhar e exercer controle, visando o alcance do cumprimento das metas fiscais de resultados primário e nominal;

XI. controlar os limites para a inscrição de despesas em restos a pagar;

XII. supervisionar as medidas adotadas pelos Poderes para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, caso necessário, nos termos dos arts. 22 e 23 da LC nº 101/2000;

XIII. efetuar o controle da destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições da LC nº 101/2000;

XIV. efetuar o controle sobre os valores e limites da dívida fundada;

XV. apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Ainda, conforme art. 6º da referida Lei Municipal,

Art. 6º. São atribuições do Controlador Interno, cargo comissionado criado pela Lei Complementar Municipal nº 06/95:

I – dirigir a Controladoria Interna;

II – determinar providências e estabelecer contatos relacionados com as atividades da Controladoria Interna;

III – planejar, executar, coordenar e controlar as atividades municipais relativas ao desenvolvimento e aplicação das atividades da Controladoria Interna;

IV – prestar assessoramento às demais áreas da Administração, bem como elaborar

- pareceres sobre consultas formuladas;
- V – elaborar relatórios sobre matérias de competência da Controladoria Interna;
- VI - emitir resoluções e instruções normativas, de observância obrigatória, com a finalidade de estabelecer a padronização sobre a forma de controle interno e esclarecer dúvidas.

4 DA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

Primeiramente, ressaltar que, as atividades previstas no Cronograma de Atividades da Controladoria Interna (Capítulo 6) previsto no Plano Operativo Anual – 2025 iniciaram em **02 de janeiro de 2025** e transcorrerão até **31 de dezembro de 2025**.

Entretanto, este Relatório refere-se às atividades previstas para serem executadas no 1º (primeiro) e 2º (segundo) semestres de 2025 no Plano Operativo Anual – 2025, ou seja, de **02 de janeiro de 2025 até 31 dezembro de 2025**, pois alguns itens fiscalizados são cumulativos durante o exercício financeiro.

Ressalta-se que, em 30 de novembro de 2025 foi enviado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) o Relatório de Atividades da Controladoria Interna, período de 01 de janeiro de 2025 até 30 de novembro de 2025, por exigência o art. 184 da Resolução nº 24/2023, que aprovou o novo Regimento Interno da Corte, estabeleceu diretrizes mais rígidas para a atuação dos órgãos de controle interno dos municípios, reforçando seu papel como aliados estratégicos do controle externo, que,

Art. 184. O responsável pelo controle interno deverá encaminhar ao Tribunal, até o dia 30 (trinta) de novembro de cada ano:

- I – o plano de auditorias para o exercício subsequente; e
- II – o relatório de auditoria concluída no ano corrente

Entretanto, as informações constantes neste Relatório serão atualizadas no fechamento do exercício de 2025, referente ao período de **02 de janeiro de 2025** e transcorrerão até **31 de dezembro de 2025**, conforme previsto no Plano Operativo Anual – 2025.

Diante dos fatos, o Relatório de Atividades e Auditoria Interna da Controladoria Interna do Município de Santa Rita do Sapucaí, referente ao 2º (segundo) Semestre de 2025, foi elaborado considerando as seguintes fases:

- I. Acompanhamento ou Monitoramento;
- II. Auditoria Interna;
- III. Atividades de Apoio; e
- IV. Emissão de Relatórios e Elaboração de Instrumentos de Planejamentos.

4.1 DO ACOMPANHAMENTO OU MONITORAMENTO

O Quadro abaixo apresenta o acompanhamento e monitoramento da evolução das práticas adotadas na Administração Pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária, onde a postura do Sistema de Controle Interno foi de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo desta forma toda a legislação que rege a matéria, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente as ações desenvolvidas, visando à proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão otimizada dos processos desta Administração.

1. Monitoramento e Acompanhamento			
1.1. Execução Orçamentária			
	Descrição	Atividades Realizadas	Observações
1.1.1.	Verificar os gastos com pessoal para fins de cumprimento dos limites máximos	1º Quadrimestre de 2025: 39,61% (acumulado dos últimos 12 meses). 2º Quadrimestre de 2025: 40,71% (acumulado dos últimos 12 meses). 3º Quadrimestre: 40,59%.	RCL: R\$ 206.637.358,55 Desp.: R\$ 83.882.950,86
1.1.2.	Verificar o montante da dívida consolidada para fins de cumprimento dos limites máximos	1º Quadrimestre: Valor da R\$ 50.251.172,16, referente aos Precatórios, parcelamentos junto à PGFN. 2º Quadrimestre: Valor da R\$ 50.219.321,70, referentes aos Precatórios, parcelamentos junto à PGFN. 3º Quadrimestre: R\$ 28.500.496,22, referentes aos Precatórios, parcelamentos junto à PGFN.	Foi verificado que o valor do Precatório não está sendo baixado do valor da Dívida Consolidada no sistema de Contabilidade. Emissão de Recomendação ao Final do Quadro.

1.1.4.	Verificar se houve repasse correto e tempestivo dos recursos arrecadados no período para a Conta da Saúde e da Educação	1º Semestre: Os repasses dos recursos arrecadados no período para a Conta da Saúde e da Educação estão sendo transferidos para as suas respectivas conta correntes. Entretanto, a verificação se o valor está correto será analisado no 2º Semestre de forma mais minuciosa. 2º Semestre: Foi verificado que os repasses estão de acordo com as receitas que ingressaram, calculadas conforme percentuais estabelecidos na CF. Ainda, na conta corrente da Saúde foi transferido o valor para cobrir as despesas inscritas em Restos a Pagar.	Foi verificado que na conta corrente para utilização dos recursos com Ensino o saldo não foi suficiente para cobrir as despesas inscritas em Restos a Pagar. Valor R\$ 848.421,91
1.1.5.	Verificar se houve a tempestiva publicação do desdobramento das receitas previstas em metas bimestrais de arrecadação relativas ao exercício em vigente	Publicado dentro do prazo estabelecido.	
1.1.6.	Verificar se foi estabelecida programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso	Publicado dentro do prazo estabelecido.	
1.1.7.	Avaliar o cumprimento do percentual mínimo constitucional de aplicação nas ações e serviços públicos de saúde (15%)	1º Quadrimestre: 19,02%. 2º Quadrimestre: 19,29%. 5º Bimestre: 20,11%. 6º Bimestre: 20,45%	
1.1.8.	Avaliar o cumprimento do percentual mínimo constitucional de aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino (25%)	1º Quadrimestre de 2025: 20,30%. 2º Quadrimestre de 2025: 22,62%. 5º Bimestre: 22,78%. 6º Bimestre: apurado 25,89%, porém, devido ao saldo insuficiente para pagamento das Despesas Inscritas em Restos a Pagar, passa-se para 25,32%.	Receita: 148.327.581,67 Despesa: 38.406.405,85 Sem Saldo: 848.421,91. Des. Atu: 37.557.983,94 Foi verificado que na conta corrente para utilização dos recursos com Ensino o saldo não foi suficiente para cobrir as despesas inscritas em Restos a Pagar. Valor R\$ 848.421,91 Emissão de Recomendação ao Final do Quadro.
1.1.9.	Avaliar o cumprimento do percentual mínimo constitucional de aplicação na remuneração do magistério da educação básica – Recursos do FUNDEB (70%)	Despesas Empenhadas no Exercício com a Remuneração dos Profissionais da Educação, conforme Parágrafo Único do Art. 26 da Lei Federal nº 14.113/2020 1º Quadrimestre de 2025: 74,65%. 2º Quadrimestre de 2025: 91,37%. 5º Bimestre: 96,12%. 6º Bimestre: 97,05%.	
1.1.10	Avaliar o cumprimento do percentual mínimo constitucional de aplicação dos recursos do FUNDEB (90%)	1º Quadrimestre de 2025: 74,65%. 2º Quadrimestre de 2025: 91,37%. 5º Bimestre: 96,12%. 6º Bimestre: 98,55%.	Saldo a ser aplicado até 30/04/2026: R\$ 494.017,54, referente à 1,45%

1.1.11	Avaliar a correta autorização e abertura dos créditos adicionais (especiais, suplementares e extraordinários) e sua conformidade com a CF/1988, Lei Federal n.º 4.320, de 1964 e orientações do TCE-MG	Houve abertura de créditos adicionais através de excesso de arrecadação, sem entrada o Recurso financeiro: ✓ DR 1.631.000: R\$ 2.020.354,06, no 1º Semestre. Ao abrir a Receita para abertura do crédito suplementar por excesso de arrecadação, entendeu-se que, tratava de Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde (DR 1.631.000), porém, no ingresso da receita aos cofres públicos, verificou-se que, a receita deveria ser registrada na Destinação de Recursos (DR) 1.601.000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde. Diante dos fatos, as despesas também foram empenhadas na DR 1.601.000, e, conforme verificado acima, não consta despesa empenhada na DR 1631.000. ✓ Destinação de Recursos 1.576.0001, onde ocorreu a abertura de créditos adicionais por tendência de excesso de arrecadação, porém não ocorreu o ingresso total dos recursos financeiros, somando o crédito aberto, empenhando-se despesas somente no limite do valor do ingresso da receita (Receita arrecadada: R\$ 1.663.549,04 e Despesa Empenhada R\$: 1.660.891,85)	
1.1.12	Avaliar a inscrição, cancelamento e baixa dos restos a pagar.	30/09/2025: Em relação aos Restos a Pagar de exercícios anteriores, as baixas ocorreram após liquidação das despesas e os cancelamentos através de publicação de Decretos Municipais.	Somente no encerramento do exercício.
1.1.13	Avaliar a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos	Não ocorreu alienação de bens neste Exercício Financeiro	
1.1.15	Acompanhar o repasse tempestivo do duodécimo à Câmara Municipal	Os repasses do duodécimo à Câmara Municipal neste exercício ocorreram dentro do prazo e no valor previsto na LOA. Ressalta-se que, o Poder Legislativo efetuou a devolução do valor de R\$ 216.303,61 (duzentos e dezesseis mil, trezentos e três reais, sessenta e um centavos), referente a recursos financeiros não utilizados no exercício de 2024. Ainda, referente ao exercício de 2025, ocorreu a devolução total de R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais), referentes aos recursos financeiros não utilizados durante no exercício de 2025.	
1.2. Licitações e Contratos			

1.2.1.	Verificar a aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos NLLC, Lei nº 14 133/21.	Serão realizadas no 2º Semestre de 2025, devido ao volume de fiscalização e questionários do TCE-MG. 24/11/2025: Já foi feito sobre o PRC nº 016/2025, disponível em < https://pmsrs.mg.gov.br/licitacao/prc-016-2025-locacao-de-imovel-sad/ >.	Por amostragem, com previsão mensal de pelo menos 3 processos de Licitação. Devido à demanda e pouca mão de obras na Controladoria, fez-se somente uma verificação, através do Parecer CI nº 001-2025 PRC 016-25.
1.2.2.	Acompanhar a elaboração e publicação do Plano de Contratações Anuais – PCA para o exercício de 2026	Até 20 de junho de 2025 não houve publicação do Plano. O referido Plano não foi publicado até a presente data, pois aguarda a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) – 2026, para adequar os recursos orçamentários. Após aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) – 2026, o Plano foi adequado e encontra-se publicado em < https://pmsrs.mg.gov.br/documento-categoria/pcp/ >.	
1.2.3.	Regulamentar a aplicação do art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021	Em 03 de junho de 2025 foi publicado o Decreto Municipal nº 17.071, que “ <i>Dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da Administração Pública Municipal do Município de Santa Rita do Sapucaí</i> ”	
1.2.4.	Estabelecer o Cronograma de Pagamentos para o exercício de 2025	Em 03 de junho de 2025 foi publicada a Portaria nº 5.917, que “ <i>Estabelece o Calendário de Pagamentos de Fornecedores do Município de Santa Rita do Sapucaí, para o exercício de 2025, e, dá outras providências</i> ”.	
1.2.5.	Estabelecer o Cronograma de Pagamentos para o exercício de 2026	Em 31 de dezembro de 2025 foi publicada a Portaria nº 6.602, que “ <i>Estabelece o Calendário de Pagamentos de Fornecedores do Município de Santa Rita do Sapucaí, para o exercício de 2026, e, dá outras providências</i> ”.	
1.2.6.	Avaliar o cumprimento da ordem cronológica de pagamentos	Conforme publicação do Decreto Municipal nº 17.071, o Município encontra-se na fase de implantação da Ordem Cronológica de Pagamentos. Ainda, está ocorrendo à publicação da ordem cronológica de pagamentos, porém a separação do inciso II do art. 75 da Lei Federal 14.133 não está correta. Já foi solicitada a correção junto à empresa prestadora de serviços.	Emissão de Recomendação ao Final do Quadro.

1.2.7.	Verificar a execução dos contratos, através de cópias de empenhos a serem apensados no referido Processo de Licitação	No exercício de 2023 e 2024 ocorreu um acúmulo nas auditorias das Pastas Apenso de processo de Licitação. Porém, a Controladoria Interna já iniciou o processo de conferência e envio das Pastas Apenso para à Divisão de Licitação. Outro ponto importante, a partir do exercício de 2025, espera-se que, a execução de contratos seja publicado na página da referida licitação com envio de certidão de publicidade para anexar na Pasta Física do Processo Licitatório	
1.2.8.	Acompanhar as alterações do Plano de Contratações Anuais – PCA para o exercício de 2025, verificando as justificativas apresentadas e as suas publicações.	Consta a publicação do Plano de Contratações Anuais – PCA, no site https://pmsrs.mg.gov.br/documento-categoria/pcp/ . Porém, não foi verificada nenhuma alteração do Plano.	
1.3. Liquidação de Despesas			
1.3.1.	Verificar a regularidade dos procedimentos de liquidação das despesas, observando as fases da despesa: empenho, liquidação e pagamento.	Formulário de Notificação ao Fornecedor (Anexo I do Decreto Municipal nº 17.071, de 003/06/25). Os fornecedores foram alertados, primeiramente, verbalmente, o que já sanou as pendências na liquidação das despesas.	São analisados todos os empenhos de despesas, exceto os de despesas com Pessoal.
1.3.2.	Além da verificação das fases da despesa, verificar os descontos dos Impostos previstos na Legislação Federal e Municipal.	Foram verificados todos os descontos nos Empenhos e quando detectados erros, através do Formulário de Notificação ao Fornecedor (Anexo I do Decreto Municipal nº 17.071, de 003/06/25), NOTIFICOU-SE os fornecedores para efetuarem os acertos.	São analisados todos os empenhos de despesas, exceto os de despesas com Pessoal.
1.3.3.	Verificar os dados dos fornecedores, a classificação orçamentária das despesas e outras informações que constem no empenho	Foram verificados todos os dados nos Empenhos e quando detectados erros, através do Formulário de Notificação ao Fornecedor (Anexo I do Decreto Municipal nº 17.071, de 003/06/25), NOTIFICOU-SE os fornecedores para efetuarem os acertos ou solicitou acertos dos erros nos setores responsáveis. Em relação à classificação orçamentária, após detectado o erro, já solicitava os acertos necessários para efetuar a liquidação.	São analisados todos os empenhos de despesas, exceto os de despesas com Pessoal.
1.3.4.	GESTÃO DE ALMOXARIFADO: Avaliar o controle do almoxarifado.	Todas as Notas Fiscais liquidadas de aquisição de materiais foram registradas no Sistema de Almoxarifado. Quando não ocorreu a entrada, devolve-se a Nota Fiscal para o Almoxarifado proceder a entrada no Sistema. Ainda, iniciou-se o processo de verificação de Nota Fiscal parada nos Almoxarifados com pendências, para cumprimento do art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.	No ato da liquidação das Notas Fiscais de Mercadorias são verificadas as entradas das mesmas. Relatório de Auditoria Interna nº 007/2025.
1.4. Envio de Informações Tributárias			

1.4.1.	Verificar se houve correto e tempestivo da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) à Receita Federal	12/2024: 20/01/2025 01/2025: 25/02/2025 02/2025: 20/03/2025 03/2025: 17/04/2025 04/2025: 20/05/2025 05/2025: 20/06/2025 06/2025: 08/07/2025 07/2025: 13/08/2025 08/2025: 09/09/2025 09/2025: 09/10/2025 10/2025: 10/11/2025 11/2025: 15/12/2025	
1.4.3.	Verificar o correto e tempestivo envio do arquivo e-Social à Receita Federal do Brasil (RFB)	12/2024: 20/01/2025 01/2025: 25/02/2025 02/2025: 20/03/2025 03/2025: 17/04/2025 04/2025: 20/05/2025 05/2025: 20/06/2025 06/2025: 08/07/2025 07/2025: 13/08/2025 08/2025: 09/09/2025 09/2025: 09/10/2025 10/2025: 10/11/2025 11/2025: 15/12/2025	
1.4.5.	Verificar se houve envio da Declaração do Imposto sobre a Renda Retida na Fonte – DIRF contendo informações do exercício anterior	Enviado em 27/02/2025.	
1.4.6.	Verificar se houve envio da RAIS contendo informações do exercício anterior	A partir do ano de 2025 não é mais obrigatório. As informações são enviadas, mensalmente, através do e-Social.	
1.5. Folha de Pagamento, Atos de Pessoal e Concursos Públicos			
1.5.1.	Verificar se houve envio ao TCE-MG da lei que concedeu reajuste aos servidores públicos municipal	Não houve envio ao TCE-MG	30 dias após a data de publicação. Data Base: janeiro
1.5.2.	Verificar se houve envio ao TCE-MG, por meio eletrônico, informação acerca da realização de concurso público para admissão de pessoal, após a publicação do edital (caso houver)	No 1º Semestre não ocorreu publicação de Edital de Concurso Público. No 2º Semestre teve a publicação do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2025 para o cargo de Agente Comunitário de Saúde (ACS), onde o referido Edital foi enviado em 13 de novembro de 2025 para o TCE-MG.	Enviar até 14 de novembro de 2025 (Até 60 dias antes da data de início das inscrições do Processo – 12/01/2026)
1.5.3.	Avaliar o controle das fichas funcionais dos servidores	Em visita realizada na Divisão de Benefícios e Pagamentos verificou-se que: - Os documentos exigidos na Posse em virtude de aprovação em concurso público são exigidos e são arquivados na Pasta Funcional dos Servidores; - São arquivados o Decreto de nomeação e o Termo de Posse devidamente assinados. - Todos os documentos referentes a Atestados Médicos, faltas, Decretos ou Portarias, concessão de Quinquênios e Férias Prêmio, solicitação de aposentadorias, entre outros, também são arquivados nas Pastas Funcionais. - Anualmente, arquivam-se a Ficha Financeira para facilitar futuras consultas.	

1.5.4.	Avaliar as folhas de pagamento dos servidores quanto às remunerações e deduções	Ao assinar a liquidação das despesas com Folha de Pagamento foram verificadas as remunerações e os descontos na Folha dos Servidores, não encontrando indícios de irregularidades.	
1.6. Prestação de Contas			
1.6.1.	Verificar se houve envio correto e tempestivo dos Demonstrativos Aplicados ao Setor Público – DCASP do exercício anterior	Enviado dentro do prazo estabelecido.	
1.6.2.	Verificar se houve o envio correto e tempestivo do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO via SICONFI	1º Semestre: Enviado 2º Semestre: Enviado 3º Semestre: Enviado 4º Bimestre: Enviado 5º Bimestre: Enviado 6º Bimestre: Enviado	
1.6.3.	Verificar se houve envio correto e tempestivo do Relatório de Gestão Fiscal – RGF no Portal via SICONFI	1º Quadrimestre: Enviado 2º Quadrimestre: Enviado 3º Quadrimestre: Enviado	
1.6.4.	Verificar o envio tempestivo das contas municipais PCA para o TCE-MG, referente ao exercício 2024.	Enviado até 31 de março de 2025 , ou seja, dentro do prazo.	
1.6.5.	Verificar se foi elaborada a Certidão de Inventário relativo ao Almoxarifado, Patrimônio, Ações em Tesouraria, Passivo Circulante e Não Circulante e Atos Potenciais Ativos e Passivos, referente ao exercício 2.024	Foi publicada em 20 de março de 2025 a Portaria nº 5.833, de 20 de março de 2025, que constituem as Comissões para emissão das Certidões. Em 25 de março de 2025 foram emitidas as referidas Certidões.	
1.6.6.	Verificar a emissão do Parecer Circunstanciado da aplicação dos Recursos do FUNDEB, exercício 2024, emitido pelo CACS-FUNDEB	O Parecer Circunstanciado do CACS-FUNDEB foi emitido em 26/02/2025 .	
1.7. Publicações no Portal da Transparência			
1.7.1.	Verificar se foram publicados os resumos dos instrumentos de contratos e seus aditivos no Portal Transparência	Relatório de Auditoria Interna nº 001-2025, disponível em: https://pmsrs.mg.gov.br/documento-categoria/plano-operativo-anual/ < />	
1.7.2.	Verificar se houve publicação correta e tempestiva da relação dos Tributos e Contribuições Arrecadados no Portal Transparência		
1.7.3.	Verificar se houve publicação correta e tempestiva da Relação das Compras no Portal Transparência		
1.7.4.	Verificar se houve publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO no Portal Transparência		
1.7.5.	Verificar se houve publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF no Portal Transparência		
1.7.6.	Verificar se houve publicação das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (Anexo RREO) no Portal Transparência		
1.7.7.	Verificar se houve publicação dos gastos com publicidade em local de fácil acesso ao público e no site oficial do município		

1.7.8.	Verificar se houve divulgação nominal da folha salarial dos servidores efetivos, comissionados e contratados por tempo determinado no Portal Transparência.		
1.7.9.	Verificar se houve publicação das informações sobre as diárias e reembolsos de viagens no Portal Transparência		
1.7.10	Verificar se houve publicação das informações sobre as transferências voluntárias (convênios) no Portal Transparência		
1.7.11	Verificar se há publicação em tempo real das receitas e despesas		
1.7.12	Verificar se as contas anuais do município foram disponibilizadas para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade		
1.7.13	Verificar se houve publicação da lei que concedeu reajuste aos servidores públicos municipal no Portal Transparência		
1.7.14	Garantir a Publicação da ordem cronológica de pagamentos – art. 141 da Lei Federal nº 14.133		
1.7.15	Regulamentar a Lei de Acesso à Informação		
1.7.17	Regulamentar a Lei Federal sobre o Governo Digital		
1.8. Pagamentos de Despesas			
1.8.1.	Verificar se houve recolhimento sem multa e sem juros das contribuições previdenciárias, inclusive da retida sobre cessão de mão-de-obra	O Município efetuou o recolhimento sem multa e sem juros das contribuições previdenciárias, inclusive da retida sobre cessão de mão-de-obra, dentro do vencimento.	
1.8.2.	Verificar se houve recolhimento e pagamento do PASEP	O Município efetuou o recolhimento sem multa e sem juros do PASEP, dentro do vencimento.	
1.8.3.	Verificar se houve recolhimento das contribuições previdenciárias, junto à Receita Federal do Brasil (RFB) ou Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN)	As parcelas do exercício de 2025 ocorreram dentro do vencimento e atualizados através de DARF emitidas no site REGULARIZE.	
1.8.4.	Verificar se houve recolhimento de outras contribuições e impostos, junto à Receita Federal do Brasil (RFB) ou Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN)	As parcelas do exercício de 2025 ocorreram dentro do vencimento e atualizados através de DARF emitidas no site REGULARIZE.	
1.8.5.	Verificar se houve pagamento de Precatórios, junto ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais	As parcelas do ano de 2025 ocorreram dentro do vencimento através de pagamento de Guias Judiciais. O valor da parcela foi conforme metodologia informada pelo TJMG. As Guias pagas foram encaminhadas para a Procuradoria Geral do Município para juntar no processo judicial.	
1.9. Cumprimentos de Instruções Normativas TCE-MG			

1.9.1.	Verificar se houve envio correto e tempestivo das informações referentes à execução orçamentária e financeira via SICOM – Acompanhamento Mensal ao TCEMG	Janeiro: 27/02/2025 Fevereiro: 30/05/2025 Março: 30/05/2025 Abril: 30/05/2025 Maio: 25/06/2025 Junho: 30/07/2025 Julho: 22/08/2025 Agosto: 26/09/2025 Setembro: 23/10/2025 Outubro: 18/11/2025 Novembro: 23/12/2025 Dezembro: 27/01/2026	
1.9.2.	Verificar se houve envio correto e tempestivo das informações referentes aos balancetes contábeis mensais ao TCEMG via SICOM – Módulo Balancete Contábil	Janeiro: 31/03/2025 Fevereiro: 30/05/2025 Março: 30/05/2025 Abril: 30/05/2025 Maio: 26/06/2025 Junho: 30/07/2025 Julho: 22/08/2025 Agosto: 26/09/2025 Setembro: 24/10/2025 Outubro: 19/11/2025 Novembro: 29/12/2025 Dezembro: 29/01/2026 Encerramento:	
1.9.3.	Verificar se houve envio correto e tempestivo das informações da folha de pagamento de pessoal para o Cadastro de Agentes Públicos do Estado e dos Municípios de Minas Gerais via SICOM - CAPMG ao TCEMG	Janeiro: 28/02/2025 Fevereiro: 27/03/2025 Março: 24/04/2025 Abril: 29/05/2025 Maio: 27/06/2025 Junho: 30/07/2025 Julho: 28/08/2025 Agosto: 25/09/2025 Setembro: 22/10/2025 Outubro: 26/11/2025 Novembro: 22/12/2025 Dezembro: 29/01/2026	
1.9.4.	Verificar se houve o correto e tempestivo envio de arquivo contendo os instrumentos de planejamento: PPA, LDO e LOA ao TCEMG via SICOM – Módulo Instrumento de Planejamento	Enviado em 22/01/2025	Dia 30 de janeiro
1.9.5.	Verificar se foram lançados os registros e enviado os documentos relativos às obras municipais ao TCEMG via SICOM – Execução de Obras Públicas e Serviços de Engenharia	Não enviado	Emissão de Recomendação ao Final do Quadro.
1.9.6.	Verificar o envio de informações sobre os Editais ao TCE-MG, através do SICOM – Módulo Edital	Foram enviadas as informações de todos os Editais de Licitação dentro do prazo estabelecidos.	5 (cinco) dias, a contar da publicação do certame

1.9.7.	Verificar se houve envio ao TCEMG de Leis, Decretos, Resoluções e outras normas legais de CARÁTER FINANCEIRO e as relativas a convênios, ensino e reajuste dos servidores municipais, via SICOM – Legislação de Caráter Financeiro	Janeiro: 21/02/2025 Fevereiro: 17/03/2025 Março: 10/04/2025 Abril: 19/05/2025 Maio: 13/06/2025 Junho: 11/07/2025 Julho: 13/08/2025 Agosto: 24/09/2025 Setembro: 20/10/2025 Outubro: 13/11/2025 Novembro: 23/12/2025 Dezembro: 23/01/2026	15 dias após a data de publicação
1.9.8.	Verificar se houve o correto e tempestivo envio das informações referentes às aberturas de créditos especiais com a inclusão de novas ações no Plano Plurianual (PPA) e demais peças do Planejamento ao TCEMG via SICOM – Módulo Inclusão de Novos Programas	Janeiro: Sem dados Fevereiro: Sem dados Março: Sem dados Abril: Sem dados Maio: Sem dados Junho: Sem dados Julho: 22/08/2025 Agosto: Sem dados Setembro: Sem dados Outubro: Sem dados Novembro: Sem dados Dezembro: Sem dados	
1.9.9.	Verificar se houve o correto e tempestivo envio das informações referentes aos Extratos Bancários ao TCEMG via SICOM – Módulo Extratos Bancários	Dezembro: 27/01/2026	
1.9.10.	Verificar se houve o correto e tempestivo envio das informações referentes às Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público TCEMG via SICOM – Módulo Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público	Enviado em 18/03/2026	
1.9.11.	Verificar se houve o correto e tempestivo envio das informações referentes à Lei do Instrumento de Planejamento e Atos Normativos TCEMG via SICOM – Módulo Lei do Instrumento de Planejamento e Atos Normativos	Enviado em 19/02/2025	
1.9.12.	Verificar se houve envio de processos de Tomada de Contas Especial ao TCEMG cujo dano seja superior a 30 mil reais	Não ocorreram processos de Tomada de Contas Especial superior ao valor de R\$ 30.000,00 neste Semestre.	
1.10. Envio de Dados/Informações sobre Gastos Públicos			
1.10.1.	Verificar se houve correta e tempestiva declaração, homologação e transmissão dos dados da saúde , via SIOPS	1º Bimestre: Enviado 2º Bimestre: Enviado 3º Bimestre: Enviado 4º Bimestre: Enviado 5º Bimestre: Enviado 6º Bimestre: Enviado	
1.10.2.	Verificar se houve correta e tempestiva declaração, homologação e transmissão dos dados da educação , via SIOPE	1º Bimestre: Enviado 2º Bimestre: Enviado 3º Bimestre: Enviado 4º Bimestre: Enviado 5º Bimestre: Enviado 6º Bimestre: Enviado	

1.10.3	Verificar se houve prestação de informações relativas às dívidas públicas internas via SADIPEM	Enviado em 10 de março de 2025	
1.10.4	Verificar as datas de validades das informações prestadas no Cadastro Geral de Convenientes (CAGEC)	1. Fundo Municipal de Assistência Social: 26/06/2025: REGULAR. 18/11/2025: REGULAR. 2. Fundo Municipal de Saúde: 26/06/2025: IRREGULAR: Cópia da ata de apresentação do Relatório Anual de Gestão 2024. 18/11/2025: REGULAR. 3. Município de Santa Rita do Sapucaí CNPJ nº 18.192.898/0001-02: 26/06/2025: IRREGULAR: Matriz Contábil do CAUC não comprovado. 27/06/2027: REGULAR 09/10/2025: CND Trabalhista, CRF FGTS, Certidões TCE Operação de Crédito e Despesas com pessoal, Extrato do CAUC RGF, SIOPE e Matriz Contábil. 30/11/2025: Inscrição no CADIN 17/12/2025 REGULAR	Verificar o que está causando a inscrição no CADIN.
1.10.5	Verificar as datas de validades das informações prestadas no Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais (CAUC)	26/06/2025: consta como o Encaminhamento da Matriz de Saldos Contábeis Mensal como Item a Comprovar: Não foi enviado 04/2025. 27/06/2025: REGULAR. 30/06/2025: Encaminhamento do Anexo 8 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária ao SIOPE está “A COMPROVAR”. 09/10/2025: Encaminhamento do Anexo 8 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária ao SIOPE está “A COMPROVAR” 10/10/2025: REGULAR 14/11/2025: IRREGULAR, tem inscrição no CADIN. 24/11/2025: REGULAR 17/12/2025 REGULAR	
1.12. Execução da Lei Federal nº 13.019 (OSC) e liberação de recursos financeiros para pessoas físicas			
1.12.1	Analisar os Processos de concessão de recursos públicos por entidades da iniciativa privada (subvenções, contribuições e auxílios)	Em análise de alguns processos foi detectado que não estão sendo publicados todos os atos destes processos.	Relatório de Auditoria Interna nº 003/2025, disponível em < https://pmsrs.mg.gov.br/documento-categoria/plano-operativo-anual/ >
1.12.2	Garantir que os Processos concessão de recursos públicos por entidades da iniciativa privada (subvenções, contribuições e auxílios) sejam publicados no site do Município	30/09/2025: Foi notificado verbalmente ao Gestor de Parcerias para publicar corretamente todos os Processos de Concessão de Recurso Públicos, através da Lei Federal nº 13.019.	Relatório de Auditoria Interna nº 003/2025, disponível em < https://pmsrs.mg.gov.br/documento-categoria/plano-operativo-anual/ >

1.12.3	Enviar à Câmara Municipal relação dos recursos públicos liberados para as entidades da iniciativa privada (subvenções, contribuições e auxílios)	Até a presente data não foi enviada a Relação para Câmara Municipal dos meses de Janeiro à Maio de 2025. 30/11/2025: Foram enviadas informações à Câmara Municipal até 31/10/2025, também, disponibilizadas no site: < https://pmsrs.mg.gov.br/documento-categoria/3setorrlg/ >	30/06/2025: Emissão de Recomendação ao Final do Quadro. 30/11/2025: As informações foram enviadas à Câmara e publicados no site 12/2025: foram enviadas à Câmara e publicados no site
1.12.4	Avaliar a regularidade da aplicação de recursos públicos por entidades da iniciativa privada (subvenções, contribuições e auxílios)		Devido à falta de mão de obras e alta demanda da Controladoria Interna não foi realizada está avaliação.
1.24.5	Avaliar os processos de concessão de apoios financeiros à pessoa física pelos Fundos Municipais		Devido à falta de mão de obras e alta demanda da Controladoria Interna não foi realizada está avaliação.
1.13. Gestão de Frotas Municipais			
1.13.1	Emitir os Certificados de Registro e Licenciamento de Veículo (CLRV) do exercício de 2025	Em janeiro de 2025, a Controladoria Interna emitiu o CLRV - 2025 de todos os veículos. Entretanto, alguns veículos apresentaram impedimentos para a emissão do CLRV que foram apresentadas as Secretarias Municipais.	
1.13.2	Notificar as Secretarias Municipais sobre os motivos do NÃO Licenciamento de Veículo no exercício de 2025	Após emissão dos CLRV – 2025, a Controladoria notificou os Secretários para regularização dos impedimentos para sua emissão.	Emissão de Recomendação ao Final do Quadro.
1.13.3	Enviar as Notificações e Multas dos Veículos para que as Secretarias Municipais tomem providências para regularização	A Controladoria Interna está enviando as Autuações e Multas para as Secretarias Municipais tomarem as devidas providências.	
1.14. Serviços de Ouvidoria e Serviço de Informação aos Cidadãos (SIC)			
1.14.1	Fazer acompanhamento quanto aos serviços no E-SIC	Deverá ser feita até o encerramento do Exercício.	Consta na página
1.14.2	Regulamentar o tratamento de dados pessoais, inclusive por meios digitais, segundo a Lei Federal nº 13.709, de 14/08/2018.	Embora prevista para o 1º Semestre de 2025, deverá ser enviada em 07/2025 o Decreto de Regulamentação para análise da Procuradoria Geral do Município.	A Procuradoria Geral do Município não fez análise do Decreto Municipal, ficando para o ano de 2026

1.14.3	Verificar os procedimentos para que o Município possa elaborar o Relatório Anual da Ouvidoria Municipal	Não consta Relatório Anual da Ouvidoria Municipal no exercício de 2024. Recomenda-se ao responsável pela Ouvidoria que comece a preparar as informações para que seja elaborado este Relatório para o ano de 2025. Em 11 de novembro de 2025, foi verificado junto ao Setor de Protocolos sobre o lançamento dos atendimentos do ano de 2025 para elaboração do Relatório da Ouvidoria, que já estão sendo consolidados para emissão do Relatório em 2025.	Relatório Anual de Gestão da Ouvidoria - 2025 publicado em < https://pmsrs.mg.gov.br/documento-categoria/relatorio-anual-de-gestao-da-ouvidoria/ >.
1.15. Plano Decenal de Educação			
1.15.1	Verificar a publicação do Relatório de Acompanhamento das metas previstas no Plano Municipal Decenal de Educação	Em consulta à Secretaria Municipal de Educação verificou-se que não foi publicado nenhum Relatório de Acompanhamento das metas previstas no Plano Municipal Decenal de Educação. Constatou-se que, nem o Plano Municipal Decenal de Educação 2014/2025 estava devidamente publicado no site.	Emissão de Recomendação ao Final do Quadro.
1.16. Outros			
1.16.1	Verificar se os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município, foram informados sobre os recursos financeiros recebidos do Governo Federal e Estadual.	Não ocorreram ingressos de recursos financeiros recebidos do Governo Federal e Estadual que exigissem informações aos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município.	
1.16.2	Promover estudo sobre a dívida ativa do município	Deverá ser feita até o encerramento do Exercício.	Apresentado no Programa 0412 do Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA - 2025, disponível em < https://pmsrs.mg.gov.br/documento-categoria/relatoriosapfppa/ >.

O Quadro abaixo apresenta as atividades desenvolvidas pela Controladoria Interna e não previstas no Plano Operativo Anual – 2025 da Controladoria Interna. Ressalta-se que, na elaboração do Plano Operativo de 2026, deverão ser incluídas as atividades apontadas abaixo.

Descrição	Atividades Realizadas	Observações
1.10. Envio de Dados/Informações sobre Gastos Públicos		
1.10.6	Encaminhamento da Matriz de Saldos Contábeis Mensal, através do CAUC.	26/06/25: Não consta o envio de Abril de 2025. 14/11/2025: Consta como REGULAR até 30/12/2025.
1.14. Serviços de Ouvidoria e Serviço de Informação aos Cidadãos (SIC)		

1.14.4	Verificar os trabalhos da Ouvidoria Municipal,	Verificou-se que as solicitações foram recebidas pelo responsável pela Ouvidoria e encaminhadas para as Secretarias Municipais, no caso da necessidade de tomada de medidas, não tendo sido constatado nada de grave no ano 2.025, que levasse a uma providência mais séria.	
1.14.5	Disponibilização da Carta de Serviços aos Usuários	Atualmente, o Município disponibilizou no site oficial do Município a Carta de Serviços aos Usuários de algumas Secretarias Municipais, para plena consulta dos cidadãos e cidadãs, ou eventuais interessados, atendendo assim a legislação pertinente.	Emissão de Recomendação ao Final do Quadro.
1.14.6	Formação do Conselho Municipal dos Usuários dos Serviços Públicos	Constatou-se que não foi formado o Conselho Municipal dos Usuários dos Serviços Públicos, sendo o Município advertido dessa necessidade.	Emissão de Recomendação ao Final do Quadro.
1.14.7	Realização de Pesquisa de Satisfação dos Usuários	No 1º Semestre de 2025 não foi realizada nenhuma pesquisa de satisfação dos usuários. Planeja-se realizar no 2º Semestre de 2025, devendo ser publicadas até o encerramento do exercício de 2025.	

1.17. Instrumentos de Planejamentos

	Descrição	Atividades Realizadas	Observações
1.17.1	Envio do Plano Plurianual 2026/2029 à Câmara Municipal	Enviado, tempestivamente, em 30 de setembro de 2025, após pedido de dilatação do Prazo junto à Câmara Municipal de Santa Rita do Sapucaí. Através da Lei Municipal nº 5.737	Publicada no site do Município: <i>"Institui o Plano Plurianual para quadriênio 2026 a 2029, em cumprimento aos disposto no art. 165, § 1 da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, as diretrizes, os programas com seus respectivos objetivos e indicadores e as ações governamentais com suas metas."</i>
1.17.2	Envio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – 2026, à Câmara Municipal	Enviado tempestivamente à Câmara Municipal para aprovação. 02/06/2025: Publicada a Lei Municipal nº 5.696, de 02/06/2025, que <i>"dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2026 e dá outras providências."</i>	
1.17.3	Verificar o envio da Lei Orçamentária Anual (LOA) – 2026, à Câmara Municipal	Enviado, tempestivamente, em 30 de setembro de 2025, após pedido de dilatação do Prazo junto à Câmara Municipal de Santa Rita do Sapucaí. Lei Municipal nº 5.739, que <i>"Estima a receita e fixa a despesa do Município de Santa Rita do Sapucaí para o exercício financeiro de 2026."</i>	Publicada no site do Município: https://pmsrs.mg.gov.br/tipo-instrumento/leis/loa/
1.17.4	Verificar a publicação do Plano Estratégico Institucional para 2025/2029.	Análise no 2º Semestre	Deverá ser publicado até 30 de abril de 2026

1.7. Publicações no Portal da Transparência

1.7.18	Divulgar todas as Emendas Parlamentares recebidas pelo Município, conforme Lei Municipal nº 5.707, de 12 de setembro de 2025	Todas as emendas recebidas pelo Município foram publicadas na página https://pmsrs.mg.gov.br/emendas-parlamentares/ , conforme Lei Municipal nº 5.707. Falta publicar as Emendas parlamentares oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social – SIGTV e atualizar as despesas de cada emenda publicada.	Falta verificar se todas as Emendas estão devidamente publicadas.
1.7.19	Divulgar informações relativas a todos os Eventos públicos custeados, total ou parcialmente, com recursos públicos municipais, conforme Lei Municipal nº 5.701, de 21 de agosto de 2025.		Iniciar o Processo de lançamento no ano de 2026.

Finalmente, no decurso das atividades de monitoramento e acompanhamento realizadas durante o ano de 2025, em cumprimento ao planejamento proposto no Plano Operativo Anual – 2025 da Controladoria Interna foram encontradas possíveis inconsistências, sendo inseridas no relatório juntamente com as proposições do Controlador Interno, conforme detalhado no Quadro Abaixo.

Cód.	Apontamentos	Recomendações	Situação/Ações	Monitoramento
1.1.2	Foi verificado que o valor do Precatório não está sendo baixado do valor da Dívida Consolidada no sistema de Contabilidade.	Verificar junto ao Sistema de Contabilidade para que seja baixado o saldo dos valores referente aos pagamentos de Precatórios.	1. Notificado verbalmente à Divisão de Contabilidade. 2. A Divisão de Contabilidade já informou que será feitos os acertos até o fechamento do exercício.	Acompanhar, mensalmente, se o saldo está sendo abatido.
1.1.8 1.1.9 1.1.10	O Município até 30/10/2025 não atingiu o percentual exigido para custeio de manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25%)	Acompanhar mensalmente até o encerramento do exercício e verificar despesas custeadas com recursos do FUNDEB para transferir para o 25% da Educação	1. Acompanhar bimestralmente e mensalmente a aplicação dos recursos da Educação 25% e do FUNDEB.	Verificar no encerramento do mês de 11/2025 os gastos com ENSINO.

1.1.11	Abertura de créditos adicionais através de excesso de arrecadação, sem entrada do Recurso financeiro, no montante de R\$ 2.020.354,06, DR 1.631.000.	Recomendar à Secretaria Municipal de Fazenda e Secretaria Municipal de Saúde que a despesa poderá ser executada conforme o ingresso do recurso financeiro.	2. Crédito Adicional foi aberto para atender as exigências do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) SUS, que solicita o envio da Ordem de Serviço para liberação dos recursos financeiros; 3. Orientação à Secretaria Municipal de Saúde, verbalmente, que só poderá ser empenhado no exercício atual o valor de recursos financeiros que ingressarem aos cofres públicos. 4. Em Outubro de 2025 ingressou os recursos financeiros que foram utilizados para abertura do Crédito Adicional por excesso de arrecadação.	2º Semestre de 2025: Acompanhar, mensalmente as receitas do Município para verificar o seu ingresso. 11/11/2025: Não há mais necessidade de Monitoramento.
1.2.8	Consta a publicação do Plano de Contratações Anuais – PCA, no site https://pmsrs.mg.gov.br/documento-categoria/pcp/ . Porém, entre 30 de novembro de 2025 não consta alterações deste Plano.	Verificar junto à Divisão de Licitação teve pedido de alteração do referido Plano.	1. Se sim, solicitar que seja publicada as solicitações e o Plano atualizado.	Acompanhar na página da publicação, após orientação, se foram publicadas as alterações.
1.9.5	NÃO foram lançados os registros e enviado os documentos relativos às obras municipais ao TCEMG via SICOM – Execução de Obras Públicas e Serviços de Engenharia	Notificar o Gestor para que lance os registros e enviado os documentos relativos às obras municipais ao TCEMG via SICOM – Execução de Obras	2. Não foram enviadas informações ao TCE-MG	2º Semestre de 2025: Acompanhar, mensalmente, se está sendo enviadas as informações de Obras. Conforme Plano Operativo da Controladoria Interna, realizar Auditoria para sanar o não envio das informações.

1.12.3	Até a presente data não foi enviada a Relação para Câmara Municipal no 1º Semestre de 2025.	Recomendar ao Gestor de Parcerias que providencie a Relação para envio à Câmara Municipal até o mês de Maio de 2025	1. O Gestor de Parcerias foi notificado verbalmente para providenciar a Relação até 26/06/2025 com as liberações que ocorreram até 05/2025. 2. Através do Ofício nº 006/2025/PMSRS/CI, encaminhou-se a Relação de Termos de Parcerias – mês 01 a 08 de 2025. 3. Através do Ofício nº 007/2025/PMSRS/CI, encaminhou-se a Relação de Termos de Parcerias – mês 01 a 09 de 2025. 4. Também, encontram-se disponíveis em < https://pmsrs.mg.gov.br/documento-categoria>.	1º Semestre: A partir do mês 05/2025, acompanhar mensalmente o envio destas informações à Câmara Municipal e a publicação no site.
1.13.2.	Veículos LICENCIADOS NÃO no exercício de 2025	Notificar aos Secretários Municipais a regularização dos veículos não licenciados.	1. A Controladoria já informou todos os Secretários sobre as pendências que impedem o referido Licenciamento. 2. Em 24 de novembro de 2025 foram verificados no site do DETRAN-MG se os veículos não licenciados ainda se encontram com PENDÊNCIAS. 3. Emitir Comunicado Interno para regularização das pendências	1. Agricultura: PWK-8793: Não tem CRV para emissão do CLRV. 2. Obras HLF-9368 tem multas e não tem CRV para emissão do CLRV. HLF-9398: tem multas HNH-1916: Cessão Hospital não tem CRV. OPQ-8936: tem multas. PXG-4541: tem multas 3. Saúde QNW-8623: Não licenciado. Doação CISAMESP. GN2172: Tem multas e Autuações. SGN2183: Tem multas e Autuações.
1.14.5.	Atualmente, o Município disponibilizou no site oficial do Município a Carta de Serviços aos Usuários de algumas Secretarias Municipais, para plena consulta dos cidadãos e cidadãos, ou eventuais interessados, atendendo assim a legislação pertinente.	Recomendação: Elaborar a Carta de Serviços aos usuários das Secretarias faltantes e após conclusão, regulamenta-las, para cumprimento do § 3º do art. 7º da Lei Federal nº 13.460, de 2017.	1. O Município publicou na página < https://pmsrs.mg.gov.br/documento-categoria/carta-de-servicos-ao-usuario> de algumas Secretarias. 2. As Cartas de Serviços das outras Secretarias estão em fase de Elaboração. 3. Até 31 de dezembro de 2025, concluir as Cartas de Serviços que ainda não foram emitidas	07/2025: Acompanhar e auxiliar na elaboração das Cartas das Secretarias faltantes. 08/2025: Regulamentar as Cartas de Serviços. 12/2025: Concluir e Regulamentar as Cartas de Serviços

1.15.1	Constatou-se que, nem o Plano Municipal Decenal de Educação 2015/2025 estava devidamente publicado no site.	Publicar o Plano Municipal Decenal de Educação 2015/2025 no site	1. Secretaria Municipal de Educação foi notificada verbalmente sobre a não publicação do Plano. 2. Em 26 de maio de 2025 o referido Plano foi publicado no site < Plano Decenal de Educação Archives - Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí>	Com a publicação do Plano não há necessidade de monitoramento.
	Em consulta à Secretaria Municipal de Educação verificou-se que não foi publicado nenhum Relatório de Acompanhamento das metas previstas no Plano Municipal Decenal de Educação.	Elaborar o Relatório de Acompanhamento das metas previstas no Plano Municipal Decenal de Educação referente ao exercício de 2024.	1. O Relatório de Acompanhamento das metas previstas no Plano Municipal Decenal de Educação referente ao exercício de 2024 foi publicado em 25/06/2025, no site <Plano Decenal de Educação Archives - Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí>.	Acompanhar no exercício de 2026 a publicação do Relatório de Acompanhamento das metas previstas no Plano Municipal Decenal de Educação referente ao exercício de 2025.
1.22.1 1.22.2	30/09/2025: Foi notificado verbalmente ao Gestor de Parcerias para publicar corretamente todos os Processos de Concessão de Recurso Públicos, através da Lei Federal nº 13.019.	Iniciar a correta publicação destes Processos.	1. Estão sendo publicados até a fase de Edital.	Acompanhar se os processos estão sendo publicados corretamente.

4.2 DA AUDITORIA INTERNA

Conforme definido na Seção 4.5 - Fases da Auditoria Interna do Plano Operativo Anual – 2025, da Controladoria Interna, as atividades realizadas no ano de 2025, obedeceram as seguintes fases:

- I. Planejamento da Auditoria (preparação prévia);
- II. Auditoria *in loco*, com análises de documentação e coletas de dados;
- III. Relatório de Auditoria e Apontamento/recomendações;
- IV. Acompanhamento/Recomendações;

V. Monitoramento.

Ressalta-se que, nos Relatórios de Auditoria Interna apresentou o Cronograma de Acompanhamento/Recomendações e a sistemática de Monitoramento visando um resultado mais efetivo e eficaz para sanar as possíveis irregularidades e apontamentos levantados. O quadro abaixo apresenta as Auditorias Internas previstas na Seção 6.2 do Plano Operativo Anual da Controladoria Interna para o ano de 2025.

2. Auditoria Interna														
2.1. Auditoria Financeira														
	Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Observações
2.1.1.	Verificar regularidade processo de concessão e utilização de DIÁRIAS													Relatório de Auditoria nº 002/2025, publicado em https://pmsrs.mg.gov.br/documento-categoria/plano-operativo-anual/
2.1.2.	Verificar regularidade processo de concessão e utilização de ADIANTAMENTO DE VIAGEM													Devido às demandas desta Controladoria e de falta de pessoal, esta Auditoria Interna não foi realizada neste ano.
2.1.3.	Verificar regularidade processo de concessão e utilização de ADIANTAMENTO – PEQUENAS DESPESAS (Lei Complementar Municipal nº 063)													Devido às demandas desta Controladoria e de falta de pessoal, esta Auditoria Interna não foi realizada neste ano.
2.2. Auditoria de Conformidade														
	Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Observações
2.2.1.	Avaliar o Portal da Transparência do Município, com base no Programa Nacional de Transparência Pública, da Associação dos Membros do Tribunal de Contas do Brasil (ATRICON)													Relatório de Auditoria Interna nº 001/2025, publicado em https://pmsrs.mg.gov.br/documento-categoria/plano-operativo-anual/
2.2.2.	Verificar se foram lançados os registros e enviado os documentos relativos às obras municipais ao TCEMG via SICOM – Execução de Obras Públicas e Serviços de Engenharia													Relatório de Auditoria Interna nº 004/2025, publicado em https://pmsrs.mg.gov.br/documento-categoria/plano-operativo-anual/
2.3. Auditoria Operacional														
	Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Observações
2.3.1.	GESTÃO DE PATRIMÔNIO: Avaliar o controle dos bens patrimoniais													Relatório de Auditoria Interna nº 006/2025, publicado em https://pmsrs.mg.gov.br/documento-categoria/plano-operativo-anual/
2.3.2.	GESTÃO DE FROTAS: Avaliar o controle de frota, com o objetivo de verificar regularidade no gerenciamento e uso da frota de veículos e o controle de combustível.													Devido às demandas desta Controladoria e de falta de pessoal, esta Auditoria Interna não foi realizada neste ano.
2.3.3.	OBRAS PÚBLICAS: verificar a divulgação das informações sobre as obras contendo o objeto, a situação atual, as datas de início e de conclusão da obra, empresa contratada e o percentual concluído no site do Município													Relatório de Auditoria Interna nº 005/2025, publicado em https://pmsrs.mg.gov.br/documento-categoria/plano-operativo-anual/

MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ

Av. Dr. Delfim Moreira 322 – Centro – Tel. +55 (35) 3473-3205
CEP 37540-000 Santa Rita do Sapucaí – Minas Gerais – Brasil
controladoria@pmsrs.mg.gov.br

4.3 DAS ATIVIDADES DE APOIO

Conforme Seção 6.3 do Plano Operativo Anual – 2025 da Controladoria Interna, as Atividades de Apoio são compostas, principalmente, por: acompanhar as fiscalizações realizadas pelo controle externo; responder Questionários solicitados pelo controle externo; elaborar respostas solicitadas pelo controle externo; elaborar Instruções Normativas; orientações para as Secretárias Municipais.

Diante dos fatos, as atividades de apoio prevista no Plano Operativo Anual e executadas durante o ano de 2025 são apresentadas no Quadro abaixo.

3. Atividades de Apoio		
Descrição		Atividades Realizadas
3.1.	Acompanhar as fiscalizações realizadas pelo controle externo	O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) formalizou as seguintes FISCALIZAÇÕES/AUDITORIAS : 1. Levantamento Nacional da Transparência Pública. Enviado em 12/06/2025. 2. Programas Nacionais com visita domiciliar: Estratégia de Saúde da Família – ESF. Enviado em junho de 2025. 3. Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz – PCF. Enviado em 18/06/2025.
3.2.	Preencher o Questionário Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM)	23/06/2025: Distribuição dos Questionários IEGM Educação (Rita Adami), Saúde (Sílvia) e Planejamento (Maurílio, Rodrigo e Dóris) e Governança (Rodrigo) para preenchimento pelas Secretarias responsáveis. 27/06/2025: Distribuição dos Questionários IEGM Meio Ambiente (Marco Antônio) e Cidades (Aquiles e Cel. Daniel) para preenchimento pelas Secretarias responsáveis. Envio do Índice de PLANEJAMENTO, Protocolo nº 77495.
3.3.	Responder Questionários solicitados pelo controle externo	O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) enviou os seguintes QUESTIONÁRIOS que foram respondidos dentro do prazo estabelecidos: 1. Regulamentação e instituição de Ouvidorias Municipais, em conformidade com a Lei Federal nº 13.460/2017, através do Of. 13/2025/OUV/TCMG. Enviado em 29/05/2025. 2. Levantamento dos Planos de Carreira e Remuneração do Magistério Público, através do Ofício nº 01/2025. Enviado em 29/05/2025.
3.4.	Elaborar respostas solicitadas pelo controle externo	Foram respondidas todas as solicitações feitas pelos órgãos de controles externos.
3.5.	Elaborar Instruções Normativas	Não teve demanda neste exercício

3.6.	Orientações para as Secretárias Municipais	✓ As orientações foram realizadas conforme as demandas apresentadas, principalmente na Execução Orçamentária, em procedimentos de abertura de créditos adicionais e nomeação e posse de concursados em virtude de aprovação em concurso público. ✓ Orientações e elaboração do Edital do Processo Seletivo Público para Agentes Comunitários de Saúde. ✓ Levantamento de documentos para Prestação de Contas dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). ✓ Levantamento de recursos do Fundo Estadual de Saúde (FES), referente à Transposição e Transferências de Recursos, conforme Lei Complementar Estadual nº 171 (Resoluções publicadas até 09 de maio de 2025). ✓ Auxílio na elaboração do PPA 2026/2029 e na LOA 2026. ✓ Consolidação do Plano de Contratação Anual, após fechamento da LOA – 2026, com a inclusão da “Contrata Mais Brasil”. ✓ Elaboração de Minuta padrão de Edital para Processos Seletivos Simplificados. ✓ Auxiliar no planejamento e execução do Processo Seletivo Público para Agente Comunitário de Saúde (ACS).
3.7.	Assessorar a Administração Pública mediante orientações verbais e/ou treinamentos	As orientações foram realizadas conforme as demandas apresentadas.
3.8.	Emitir Relatórios, orientações, comunicados e pareceres por escrito, quando solicitados, ou ainda, quando identificadas irregularidades, ineficiência e/ou impropriedades	Não teve demanda neste Exercício
3.9.	Avaliar os processos de medidas administrativas internas e tomada de contas especial	Não teve demanda neste exercício.
3.10	Atualizar Instruções Normativas	Não teve demanda neste exercício
3.11	Apoio para a nova Equipe de Governo, com o objetivo de facilitar e agilizar os procedimentos junto às Instituições Financeiras, Órgãos do Governo, entre outros	A Controladoria Interna, principalmente nos meses de Janeiro e Fevereiro, atuou no apoio das Secretarias Municipais nesta fase de transição, buscando facilitar e ajudar os novos Secretários Municipais, tais como: ✓ Cálculo do repasse dos recursos da Saúde e Educação;
3.12	Participar das reuniões dos conselhos municipais	1. Participação das reuniões do CACS-FUNDEB para apresentação da Prestação de Recursos do Recurso do FUNDEB: Exercício de 2024, 1º e 2º Bimestre de 2025. 2. Participação no Conselho de Alimentação Escolar (CAE), Quadriênio 2025/2029, com reuniões mensais e visitas para realização de fiscalização nas Instituições de Ensino, como membro representante do Poder Executivo Municipal.
Observações:		

4.4 DA EMISSÃO DE RELATÓRIOS E ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTOS

Conforme Seção 6.4 do Plano Operativo Anual – 2025 da Controladoria Interna, as atividades

relacionadas à elaboração de Relatórios prevista e executada para o ano de 2025 são apresentadas no Quadro abaixo.

4. Elaboração de Relatórios e Instrumentos de Planejamentos		
	Descrição	Atividades Executadas
4.1.	Elaboração do Relatório Anual – 2024 para a Prestação de Contas - 2024	O Relatório de Anual do Controle Interno – 2024 foi finalizado em 27/03/2025 .
4.2.	Relatório de Atividades e Auditoria Interna, 1º Semestre de 2025	Publicado no site do Município e enviado ao Prefeito Municipal em 25 de julho de 2025
4.3.	Relatório de Atividades e Auditoria Interna, 2º Semestre de 2025	Publicado no site do Município e enviado ao Prefeito Municipal em 19 de fevereiro de 2026
4.4.	Relatório de Atividades e Auditoria Interna, 2º Semestre de 2025, com atividades até 30 de novembro de 2025	Publicado no site do Município e enviar ao TCE-MG em 01 de dezembro de 2025
4.4.	Elaboração do Plano Operativo Anual – 2026	Publicar no site do Município até o dia 30 de novembro de 2025 . O Plano Operativo Anual – 2026 foi finalizado e publicado no endereço eletrônico disponível em https://pmsrs.mg.gov.br/documento-categoria/plano-operativo-anual/ em 10 de novembro de 2025 . O Plano Operativo Anual – 2026 foi enviado ao TCE-MG em 14 de novembro de 2025 .

5 DOS FATOS RELEVANTES QUE IMPACTARAM NAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO

Buscando otimizar as atividades da Controladoria Interna, torna-se imprescindível apontar os fatos relevantes que impactaram diretamente nas atividades do Controle Interno, tanto negativamente como positivamente.

5.1 FATOS COM IMPACTOS NEGATIVOS

Em relação aos fatos que impactaram negativamente nas atividades da Controladoria Interna, destaca-se a quadro de pessoal reduzido na Controladoria Interna, tendo em vista o tamanho a Estrutura Organizacional do Município de Santa Rita do Sapucaí, o que dificultou a realização das Auditorias previstas na Seção 4.5 do Plano Operativo Anual do Controle Interno – 2025.

5.2. FATOS COM IMPACTOS POSITIVOS

Em relação aos fatos que impactaram positivamente nas atividades da Controladoria Interna, destaca-se o bom relacionamento entre os servidores da Controladoria Interna, bem como a dedicação da equipe na execução de suas atividades, superando as dificuldades e limitações existentes.

6 DA CONCLUSÃO FINAL

Importante ressaltar que, embora a Controladoria Interna conte com uma equipe reduzida, todas as atividades previstas para o 1º e 2º Semestres de 2025 (até 30 de novembro de 2025) no Plano Operativo Anual da Controladoria Interna do Município de Santa Rita do Sapucaí foram desenvolvidas com eficiência e profissionalismo e concluídas dentro do prazo, exceto as Auditorias Internas prevista no exercício 2025.

Ainda, pode-se afirmar que as atividades desenvolvidas pela Controladoria Interna do Município de Santa Rita do Sapucaí, buscou agregar valor e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da gestão.

Assim, fica evidente que, a Controladoria Interna conseguiu acompanhar as ações realizadas pela Administração Municipal neste ano de 2025, velando pela eficiência e legalidade dos atos praticados, primando pela utilização racional dos recursos e pelo zelo ao patrimônio público.

Essa importante missão foi exercida por meio de ações coordenadas e planejadas, objetivando não só a fiscalização, mas, indo além, com o intuito de orientar a execução dos trabalhos e apresentar soluções às eventuais falhas cometidas.

Entretanto, até a presente data não foram realizadas todas Auditorias previstas na Seção 4.5 do Plano Operativo Anual do Controle Interno – 2025, que deverão ser realizadas até o encerramento do exercício e publicadas em <<https://pmsrs.mg.gov.br/documento-categoria/plano-operativo-anual/>>.

Este Relatório está disponível em <https://pmsrs.mg.gov.br/documento-categoria/plano-operativo-anual/>.

Santa Rita do Sapucaí, 19 de fevereiro de 2026.

Rodrigo Braz de Faria
Controlador Interno